

AGRICULTURA SÃOTOMENSE E SUA PERSPECTIVA NO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DA ILHA DO PRÍNCIPE - SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, ÁFRICA

Lúcio Correia Miranda
Universidade Federal do Ceará - UFC
lcmiranda-ufc@hotmail.com

Francisco Davy Braz Rabelo
Universidade Federal do Ceará - UFC
davyrabelo@yahoo.com.br

Júlio Acácio Antônio Pacheco
jpachecobuzi@yahoo.com.br

Edson Vicente da Silva
Universidade Federal do Ceará - UFC
cacau@ufc.br

EIXO-TEMÁTICO: GEOECOLOGIA DAS PAISAGENS, BACIA HIDROGRÁFICAS, PLANEJAMENTO AMBIENTAL E TERRITORIAL

Resumo

O presente artigo deriva das abordagens reflexivas sobre as relações entre as formas de uso e ocupação, meio ambiente e as estratégias de desenvolvimento adotadas pelas políticas nacionais de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. É a partir das práticas de uso e ocupação do solo que as transformações dos componentes ambientais se alteram por meio de um dinamismo acelerado e contínuo, rumo à deterioração ambiental que conseqüentemente amplia os empecilhos determinantes da qualidade de vida almejada socialmente na escala espaço temporal. Este artigo tem como objetivo instigar uma reflexão sobre as estratégias de sobrevivência dos pequenos agricultores e analisar a paisagem construída e moldada pelas práticas agrícolas e interesses políticos determinantes ao longo do tempo no território sãotomense, como subsídio para a procura de novas estratégias de ordenamento desenvolvimento local. A partir desta análise reflexiva das condições socioambientais procuro fazer uma retrospectiva sobre as problemáticas ambientais e questões agrárias destacando a importância do planejamento e gestão ambiental como ferramentas indispensáveis para se alcançar um desenvolvimento menos impactante tanto do ponto de vista ambiental como social.

Palavras-chave: agricultura, questão ambiental e São Tomé e Príncipe.

Abstract

This article derives from the reflexive approaches on the relationship between the forms of use and occupation, environment and development strategies adopted by national development policies of Sao Tome and Principe. It is from the practical use and land cover changes of the environmental components are altered by a continuing and accelerating momentum toward the environmental degradation that magnifies the obstacles thus determining the quality of life in socially desired spatial and temporal scale. This article aims to instigate a debate on the survival strategies of small farmers and analyze the landscape built and shaped by political interests and agricultural practices over time determining the territory São Toméan, as an aid in finding new strategies for local development planning. From this reflective analysis of social and environmental conditions try to do a retrospective on environmental issues and land issues highlighting the importance of planning and environmental management as indispensable tools to achieve a less intrusive development both environmentally and socially.

Keywords: agriculture, environmental issues and Sao Tome and Principe.

Introdução

A Ilha do Príncipe é uma parcela do arquipélago de São Tomé e Príncipe, um dos países insulares do continente africano banhado pelo Oceano Atlântico. Separado pelo Oceano à 300 km da costa ocidental do continente africano, este país insular está localizado no Golfo da Guiné, onde a maior parte do território nacional está à norte do Equador. Recobre uma área de aproximadamente 1001 Km², sendo a Ilha de São Tomé com 859 Km² e Príncipe com 142 Km², com 137.599 habitantes em todo o território nacional (INE, CENSO 2001). A Ilha do príncipe localiza-se a nordeste da Ilha de São Tomé e estão afastadas por uma distância de 145 km (figura 01).

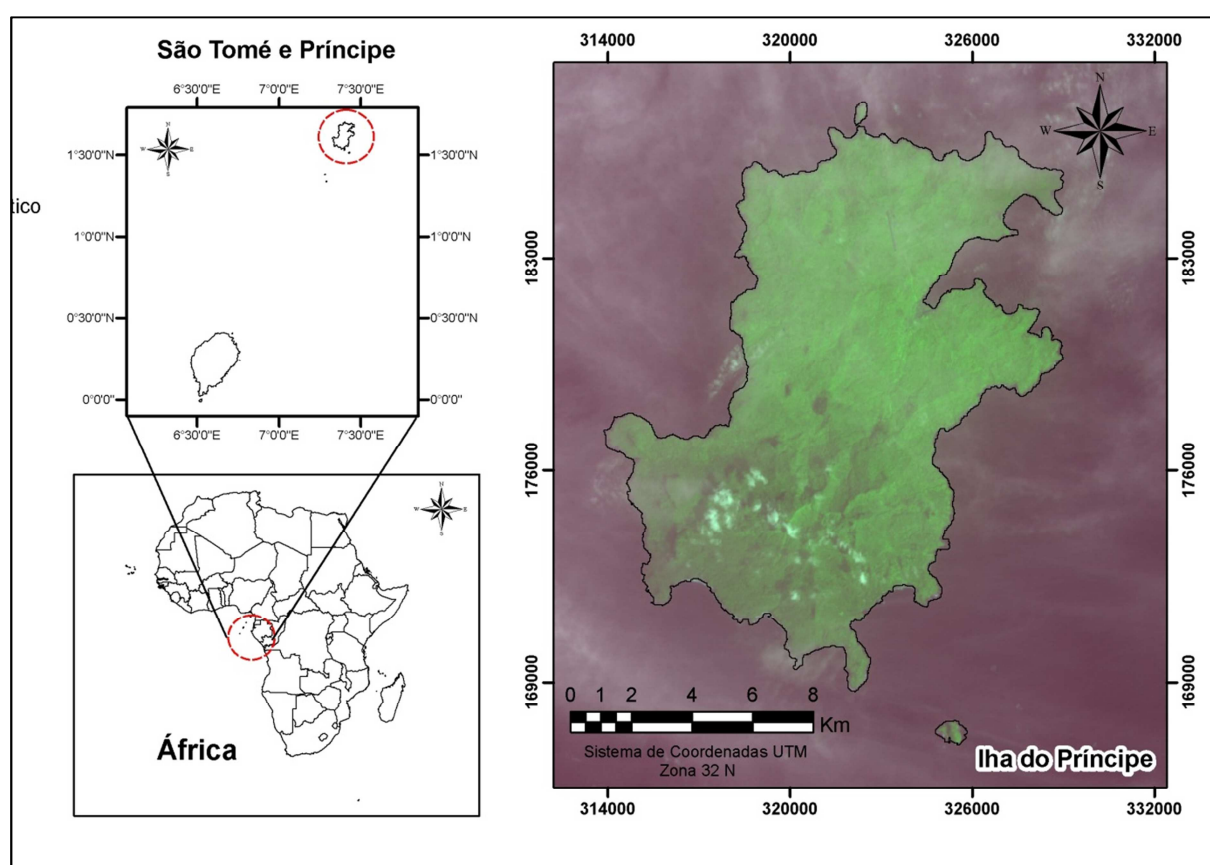


Figura 01: Mapa de localização da Ilha do Príncipe. Imagem do satélite Earth Observing-1 (EO-1), sensor Advanced Land Imager (ALI), 14 de janeiro de 2010.

Composto por duas ilhas (São Tomé e Príncipe) e alguns ilhéus, este arquipélago originou-se de uma atividade vulcânica datada com aproximadamente três milhões de anos. Determinadas pelas forças tectônicas que o fez surgir, possui um relevo acidentado, atingindo 2.024 metros de altitude no ponto mais elevado localizado na Ilha de São Tomé (Pico de São Tomé), sendo que maior parte do país está situada abaixo dos 800 metros.

De acordo com os estudos pedológicos realizados, os diferentes tipos de solos identificados são paraferalíticos, fersialíticos tropicais castanhos e barros pretos (VAZ; OLIVEIRA, 2007). Em geral são solos derivados de rochas vulcânicas (basalto) e apresentam grande poder de fertilidade e com boa capacidade de retenção de água.

A pluviosidade média anual varia entre 2.000 a 3.000 mm, e podendo atingir médias superiores nas áreas montanhosas (zona sul das ilhas). Localizado na zona equatorial, na imediação latitudinal com a Bacia do Congo, este arquipélago é caracterizado por clima tropical úmido, com duas estações bem definidas: a chuvosa e gravana (relativamente seca). Portanto, a estação chuvosa estende-se por um período de aproximadamente nove meses, enquanto que a gravana é a estação mais curta, que percorre meados de junho a setembro. Situada à baixa latitude, nas ilhas registram temperatura média anual de 26°C. As condições climáticas determinam a humidade relativa do ar médio anual numa proporção sempre elevada, acima de 85%.

São Tomé e Príncipe foi uma das primeiras colônias portuguesa na África, sendo 1471 a data em que, segundo os historiadores, os portugueses chegaram à Ilha de São Tomé e um ano depois alcançaram a Ilha do Príncipe. Quanto à existência de habitantes nas ilhas antes da chegada dos portugueses é ainda um paradoxo a ser desvendado, alguns estudiosos afirmam não existir (THORCHTON, 2004) e outros contrapõem. Torna-se convincente concordar-se que as ilhas foram habitadas antes da chegada dos navegantes portugueses, uma vez que as civilizações africanas a margem do Golfo da Guiné desenvolviam atividades pesqueiras e provavelmente, segundo alguns historiadores, alcançaram as ilhas e ali fixaram nesse território privilegiado com abundância de recursos naturais determinados pelas condições climáticas.

Entusiasmados com a beleza paisagística e com a sua localização, o arquipélago favorecia aos navegantes um excelente ponto estratégico para se conectar outras áreas que lhes despertassem interesses. O povoamento da ilha de São Tomé iniciou-se em 1485 com a chegada dos portugueses da Metrópole, madeirenses, alguns judeus, castelhanos, franceses e genoveses, no âmbito de dar a continuidade à política expansionista iniciada com o Infante D. Henrique na ilha de Madeira. (TENREIRO, 1956). Segundo o mesmo autor, a ilha do Príncipe foi povoada só em 1502, com a participação da família de António Carneiro, a quem fora doada pelo Rei de Portugal em 1500. Paulatinamente, São Tomé e Príncipe se define como um crescente território de exploração agrícola para o benefício da Metrópole (Portugal). Embora sendo de pequena dimensão, este país insular foi transformado numa área agrícola extremamente importante para a economia colonial. Pois, a natureza oferece-lhe condições propícias para esta prática de atividade econômica.

A economia de São Tomé e Príncipe ainda é marcada por forte dependência da produtividade agrícola. Durante a colonização podem-se distinguir três momentos separados por culturas diversificadas de acordo com os interesses e estratégias de produção adotadas pela Metrópole (Portugal): cana-de-açúcar no século XV (1493), café no século XVIII (1787) e no século XIX, cacau (1822) que se mantém atualmente como um dos principais produtos de exportação do país.

Neste artigo faz-se uma reflexão sobre a gestão da produção agrícola e a preocupação com a proteção ambiental, discutindo os problemas socioambientais mais determinantes do distanciamento da tão almejada sustentabilidade do desenvolvimento.

Metodologicamente, para o alcance dos objetivos deste trabalho, efetiva-se um diagnóstico socioambiental entrelaçado a um levantamento bibliográfico sobre o histórico das relações socioambientais manifestadas no território ao longo de períodos anteriores e posteriores a independência. Com base nas análises socioambientais realizadas na ilha do Príncipe esta abordagem consiste numa síntese crítica das condições ambientais e da realidade dos pequenos agricultores sãotomenses e em particular os da ilha do Príncipe.

De contratados à condição de pequenos agricultores sãotomenses: as cicatrizes da colonização e as políticas de reforma agrária mal conduzidas

Ao longo dos séculos, a economia de São Tomé e Príncipe desenvolveu-se sobre árduas tarefas de trabalho escravo direcionado à produtividade agrícola. Estes eram submetidos a uma exigência rigorosa de trabalho como um mecanismo de garantir o permanente crescimento da economia metropolitana. Para alcançar os objetivos da produção constatou-se a necessidade de buscar trabalhadores escravos de outras colônias, “principalmente nas regiões de Benim, Guiné e Gabão e ainda em algumas outras de Angola” (TENREIRO, 1956). A busca pela mão-de-obra barata em outros cantos do continente teve demanda diferenciada ao longo do período da colonização, desta forma:

“A economia das ilhas desenvolveu-se graças à mão-de-obra escrava, trazida da costa ocidental da africana que, mais tarde, com o advento do Estado Novo na metrópole, é substituída por trabalhadores contratados provenientes das restantes ex-colônias portuguesas, particularmente de Angola, Cabo Verde e Moçambique.” (CYSNE; AMADOR, 2000.p.173.)

Essa nova categoria, trabalhador contratado, diferia da condição de escravo em geral apenas pela nomenclatura, na realidade as condições de trabalho continuavam sendo as mesmas. Contudo, nas últimas décadas de colonização, com as plantações distribuídas em capitânias, separadas em pequenas empresas (roças) agrícolas geridas por um colono português, o cultivo de cacau (*Theobroma cacao*) no arquipélago desempenhava um papel significativo para a economia da época.

Com as sucessivas quedas da produção de cacau em São Tomé e Príncipe durante os tumultuosos anos da década de 1970. Esta baixa de produção se deve a vários fatores que diretamente estão ligados à perversa gestão agrícola do Estado sãotomense nos períodos posteriores a independência. Em 12 de julho de 1975, depois das inúmeras tentativas de busca pela libertação, ocasionando massacres sangrentos, São Tomé e Príncipe conquista a sua independência da metrópole portuguesa.

Uma “independência total” marcada por forte dependência financeira mundial, condição esta que ainda permanece. Inicialmente constituindo como um estado frágil do ponto de vista econômica, após independência seguiu a política de estado socialista. Um modelo de estado que tão pouco ou nada contribuiu para o desenvolvimento das ilhas. Desta forma não foi possível mitigar os problemas sociais do campo e nem tão pouco os da sociedade sãotomense.

Num ritmo de “leve-leve”, como o lema tradicional das ilhas, as administrações do estado nacional não conseguiram reverter:

“o débil estado da economia das ilhas, que já sofria das nefastas conseqüências das sucessivas baixas do preço do cacau no mercado internacional e crescente custo da mão-de-obra, entrou em declínio total.” (MASTERS; UAIENE, 2005.p.173).

Embora a população nacional não sofra, pelo menos ainda, com a falta de alimentos, observa-se certa incapacidade de gestão, muitas vezes por falta de qualificação ou por corrupção, deixou suas marcas nas difíceis condições de vida da população onde predomina o baixo poder aquisitivo. Refletindo com maior incidência nas áreas rurais, pois estas constituem como um espaço de maior vulnerabilidade aos empecilhos do desenvolvimento.

Por outro lado, como mecanismo de fugir das difíceis condições de vida, uma parcela da população busca novas oportunidades de sobrevivência nas diásporas.

Cysne e Amador (2000), afirmam que:

“O êxodo dos recursos humanos qualificados em direção à antiga metrópole, e o ingresso desordeiro na Administração Pública de pessoal não capacitado para as respectivas funções, fez de São Tomé e Príncipe, nos finais dos anos 80, uma das nações mais pobres e endividadas do mundo.” (CYSNE; AMADOR, 2000.p.173).

Pode-se perceber que a desqualificação de mão-de-obra na administração pública está associada a contínuos anos de corrupção e se configura como um dos empecilhos para o desenvolvimento do país. Embora em menor proporção do que no passado, estes flagelos continuam sendo um dos nossos grandes problemas. São eles os administradores poderosos e elegantes com raízes bem distribuídos no terreno das repartições públicas, fruto das heranças dos seus ancestrais. Vivendo na ausência de problemas enfrentados pela maioria da população trabalhadora esses governantes perambulam pelas roças e pelo mundo exaltando em nome do povo, mas com um e único objetivo, a expansão das suas fronteiras de influência política.

Mas, a generalização traz consigo certa margem de erros, neste caso o erro é minúsculo. Contudo, não se pode deixar de lado ou por esquecido as grandes contribuições dos poucos governantes sãotomenses que deram e continuam dando suas amplas contribuições para a reversão desta situação de pobreza. Mas, que infelizmente não tem demonstrado grandes mudanças. Com grande clareza, o país parece estar caminhando cada vez mais mergulhado num oceano profundo.

O cultivo de cacau, desde o início da sua implantação, sempre teve uma relevância significativa na economia local, sempre representando um valor relativamente elevado na taxa de exportação em relação aos outros produtos agrícolas.

Embora o setor primário exerça forte influência no processo de desenvolvimento de uma nação, não se percebe uma ação significativa do estado para reverter à caótica situação daqueles que no campo e do campo procuram um modo de vida mais favorável.

A agricultura local gira em torno das capacidades que os produtores são-tomenses, individualmente, têm para lidar com as oscilações de natureza diversas que diretamente determinam a produtividade e as condições ambientais e sociais no campo, uma vez que a exploração agrícola das ilhas é predominantemente do tipo familiar. A dita reforma agrária iniciada nos limiares dos anos 1990, depois das inúmeras tentativas do estado em manter as empresas estatais agropecuárias, anteriormente sob o domínio da metrópole, em bom ritmo de produção.

Experiência essa, foi de início satisfatória, e acabou por abranger facilmente todo o território nacional. Este modelo de exploração configura-se “mais do que nunca, por estar um pouco presente no mundo todo, o objeto de um novo desafio” (LAMARCHE et al., 1993.p.14).

Com base nas estimativas da FAO sobre o histórico da produção de cacau no país, é possível comparar os dados com as atuais taxas de produção e questionar a sucessiva queda de produção dos produtos destinados a exportação, após a independência, e trilhar mecanismos rumo a uma distribuição espacial da produtividade agrícola não centralizada. É aceitável afirmar que esta oscilação negativa da produtividade agrícola, até presente data, se deve a ausência de um acompanhamento sistemático do estado na conquista de meios capazes de promover ação assistencialista e condições técnicas produtivas através de estratégia de gerenciamento de recursos para o sector agrário. A deficiência de gestão do setor agrário afetou e continua como um empecilho à qualidade de vida dos pequenos agricultores são-tomenses.

É notória a percepção da resistência dos pequenos agricultores frente às inúmeras dificuldades em manter a produção. Alguns optaram por abandonar e outros vendendo os lotes a qualquer preço como único meio de resolução de problemas imediatos. A falta de financiamento, de infraestrutura para facilitar a produção e o escoamento do produto e outras peripécias, são algumas das razões que explicam o baixo nível de produção da atual agricultura são-tomense e conseqüentemente as degradações ambientais perceptíveis ao longo das florestas. Tais barreiras podem desestruturá-los na ausência do acompanhamento e aplicação de medidas adequadas a sua sustentação. Para Lamarche, (1993):

“As explorações familiares que sempre se mantiveram em seus lugares são as que souberam – ou puderam – adaptar-se às exigências impostas por situações novas e diversas às instabilidades climáticas, à coletivização das terras ou à mutação sociocultural determinada pela economia de mercado.” (LAMARCHE et al., 1993.p.21).

Seguindo a ordem de ideias mergulhadas nas políticas defensoras da reforma agrária, cabe ainda, uma reflexão profunda sobre a qualidade de vida dos agricultores das ilhas após a conquista de terra. Reforma agrária se configura como uma ação que ultrapassa a simples distribuição de terras,

uma vez que os resultados desta nova configuração do sector primário dependem dos fatores que nem sempre estão sob domínio dos agricultores. Lamarche afirma que:

“Em um mesmo lugar e em um mesmo modelo de funcionamento, as explorações dividem-se em diferentes classes sociais segundo suas condições objetivas de produção (superfície, grau de mecanização, nível técnico, capacidade financeira etc.)” (LAMARCHE et al., 1993.p.18)

A economia de São Tomé e Príncipe, assim como de muitos outros dos países considerados subdesenvolvidos ou em via de desenvolvimento, é dependente da ajuda externa para manter o ritmo de organização vigente. Essa condição de dependência das forças externas lhe transforma numa nação sujeita a adotar modelos de desenvolvimento semelhantes às exigências impostas pelas organizações mundiais, modelos esses que em maior parte das vezes não leva em consideração a especificidade sociocultural e ambiental. O não cumprimento desses parâmetros dificultará ou podendo até impossibilitar o alcance aos créditos ou a qualquer natureza de ajuda externa. Neste contexto a reforma agrária firma como um dos modelos impostos ou estimulados pelas forças externas para a implantação na exploração agrícola do arquipélago.

Na busca pelo desenvolvimento, de qualquer nação, o planejamento e a gestão de caráter sustentável são determinantes para se alcançar um mínimo possível de impactos nas esferas social, econômico e ambiental.

Os agricultores da Ilha do Príncipe enfrentam dificuldades extremas oriundas da separação da capital São Tomé, pelo Oceano Atlântico e outros motivos aqui abordados. Devendo-se pela ausência de um meio de transporte mais acessível e seguro para o escoamento dos produtos à outros mercados consumidores.

A precariedade de conexão para o escoamento do produto agrícola e outros não se aplica apenas na tentativa de ligar às duas ilhas. Durante o período da exploração portuguesa, a ilha do Príncipe dispunha de maior área agrícola cultivada e com vias de acesso razoável a todos os pontos produtivos e habitados. Mas, logo após a independência foram abandonadas paulatinamente pela incapacidade de gestão do estado nacional em momentos contínuos.

O abandono de uma fração das áreas agrícolas serviu para a regeneração de uma porcentagem significativa da floresta e conseqüentemente ampliou a possibilidade de preservação das espécies biológicas do arquipélago. Contudo, no limiar da reforma agrária, a impossibilidade de escoamento dos produtos das roças já se firmava como um flagelo gritante. Isto implica dizer que, do início da transformação da agricultura sĂotomense no tipo familiar até presente data, as famílias agricultoras convivem com este embaraço do século passado que demonstra não ter fim.

A localização das propriedades em relação à residência dos agricultores é um dos tantos outros empecilhos do desenvolvimento do sector primário. Além da venda das propriedades, as famílias camponesas comercializam madeiras a qualquer preço. Não havendo há vários anos pouca ou nenhuma fiscalização dos órgãos ambientais competentes.

Pelas condições favoráveis para plantação de varias espécies agrícolas, torna difícil acreditar em outros fatores que afetam a vida dos camponeses, a não ser uma gestão publica deficiente.

Todos estes caos possibilitam perceber a complexidade das relações determinantes da eficiência no desenrolar da reforma agrária e nos acompanhamentos da produtividade da exploração familiar, que segundo Lamarche, “corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalhos estão intimamente ligados à família” (LAMARCHE et al., 1993. p.15). Fica notório que a consequência gerada por este modelo de exploração agrícola dependerá das adaptações que em cada território as famílias tentam enquadrar de acordo com os meios que possuem.

Tais adaptações e práticas de manejo, até certo ponto herdadas, nem sempre se encaixam com a potencialidade ambiental, gerando assim consequências socioambientais negativas, acarretando não só a qualidade de vida social, como também a própria permanência da rica biodiversidade deste paraíso.

Com base no retrato da realidade, já não estamos com a deficiência de idéias sobre o modelo de desenvolvimento sustentável, carece de uma visão cautelosa e sistemática deste princípio de modo que oriente uma ação prática capaz de exaltar este modelo num patamar além da utopia.

Pelo seu caráter representativo baseado numa filosofia de cunho interdisciplinar abrangendo prioritariamente as esferas sociais, ambientais e econômicas, a sustentabilidade se torna um conceito amplamente debatido. Contudo, precisa-se depositar confiança com maior austeridade sobre os princípios que cotidianamente se defende. Esta é a hora de romper o tradicional slogan de “fazer o que digo e não o que faço”. A sustentabilidade perde o seu sentido utópico no momento em que pratiquemos ações sustentáveis. Portanto, Guimarães adverte que:

“É na interação entre sociedade e natureza que as apostas de um futuro sustentável estão ancoradas. Compreender esta aposta requer mais do que o saber das ciências naturais. Requer colocar os seres humanos, os verdadeiros atores da insustentabilidade ou da sustentabilidade, no centro do cenário.” (GUIMARÃES, 2005 apud FERREIRA, 2006, p.13).

São pontos que brotam as indagações sobre as negligências dos órgãos responsáveis pelo acompanhamento do uso e ocupação de recursos naturais. Nos dias atuais o uso do termo sustentabilidade nos vários projetos de desenvolvimento não alcança outros patamares a não ser o do slogan moderno do século vigente. Configurando a nossa percepção de que ainda somos carentes de um maior cuidado no desenrolar das práticas no meio ambiente.

Considerações finais

Embora se perceba no contexto global que a agricultura familiar é uma solução para a diminuição da pobreza e para a descentralização da renda no e do campo, o exemplo da reforma agrária de São Tomé e Príncipe está longe do alcance dessa objetividade.

Pelos passos que a agricultura na Ilha do Príncipe, e no país em geral, tem se percebido que esta prática tem contribuído para o aumento da pobreza no território nacional. Poderia tomar um rumo diferente, mas a reforma agrária ali feita claramente se define como uma simples redistribuição de terra.

Desta forma se está causando novas possibilidades favoráveis para a concentração de terras através da facilidade de compra dos terrenos por aqueles que historicamente acumulam poder e terra nas ilhas. Políticos, por natureza, são eles gestores públicos e donos de grande parcela de terra em São Tomé e Príncipe. Repletos de privilégios perambulam como viajantes pelo mundo e internamente escravizam os trabalhadores do campo com salários baixíssimo.

Dada ao relevante papel que a agricultura desempenha na escala mundial, como uma das fontes do abastecimento de meios capazes de suprir a escassez dos alimentos, carece de leques de cuidados e considerações nas discussões tanto no plano do aumento da produtividade como da sua agressão aos recursos naturais quando não aplicada de forma adequada no tempo e no espaço.

Para que a agricultura familiar sãotomense, em especial a da Ilha do Príncipe, tome uma direção mais favorável rumo à sustentabilidade, algumas medidas assistencialistas devem ser implantadas de forma menos concentrada associada a uma política de melhoramento das infraestruturas determinantes para o favorecimento da produção e distribuição dos produtos.

Tratando da necessidade de políticas, assistencialistas, não bastam apenas frisar naquela de facilidade aos créditos, mas esta associada a um acompanhamento técnico para o melhoramento das práticas agrícolas capazes de promover a produtividade satisfatória às demandas sociais, estimulando práticas de manejo causadoras de menos impacto ambiental.

Através das colocações aqui dissertadas, almejo sustentar uma reflexão sobre o rumo do desenvolvimento do setor primário na Ilha do Príncipe, capaz de incorporar necessidades de uma ação cuidadosa nas políticas de desenvolvimento local, por meio de uma gestão ambiental sustentável. Pois, a análise integrada dos sistemas ambientais enquadra como uma das ferramentas de relevante importância para o acompanhamento contínuo das práticas sociais na comunidade em análise, de modo que práticas alternativas de manejo dos recursos naturais sejam implementadas, tendo como norte a vulnerabilidade e a capacidade de resiliência do ecossistema.

Nesse contexto, a integração de sustentabilidade nas práticas cotidianas de interação com o meio ambiente é um requisito, quando se objetiva alcançar o bem-estar social por meio da agricultura familiar incorporada com ações promotoras de qualidade ambiental.

Assim, a educação ambiental seria uma das ferramentas indispensáveis para se atingir a sustentabilidade, uma vez que ela não depende apenas das forças políticas e governamentais. Torna preciso uma aliança na esfera política, educacional, social e cultural, portanto a educação ambiental se configura nessa ótica como uma necessidade.

A insustentabilidade da atual prática de desenvolvimento se manifesta como uma das questões cabíveis de resoluções práticas por meio da elaboração ou de melhor aplicação de planos nacionais de

manejo ambiental, estimuladores do crescimento na produção interna de alimentos que melhor adaptem as exigências e condições socioambientais no arquipélago.

É notória a necessidade de maior atenção por meio de acompanhamentos e nas propostas de incentivos do aumento da produtividade agrícola, levando em consideração que a necessidade de uma ampliação considerável nas taxas de produção agrícola em São Tomé e Príncipe é cada vez mais visível tendo em conta que a importação de produtos alimentícios das diásporas nem sempre se destina à dieta de toda camada da população local, devido os altos custos dos mesmos.

Do ponto de vista social, econômica e ambiental, pelos passos da retaguarda dados pela agricultura familiar, a reforma agrária ainda falta muito a oferecer. Este padrão de exploração agrícola está longe de ser um modelo ideal, nessas condições, o agricultor se encontra sob a sua própria sorte.

Bibliografia

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (Orgs.). *Avaliação e Perícia Ambiental*. 8ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CYSNE, Mauricio; AMADOR, Teresa (Orgs.). *Direito do Ambiente e Redação Normativa: teoria e prática nos países lusófonos*. Alemanha: UICN, 2000.

FERREIRA, Leila da Costa. *Idéias Para Uma Sociologia Da Questão Ambiental No Brasil*. São Paulo: Annablume, 2006.

LAMARCHE, Hugues. (Org.). *A agricultura Familiar: Comparação Internacional*. Campinas: SP; UNICAMP, 1993.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: VOZES, 2008.

MASTERS, William; UAIENE, Rafael. *Elemento de um Plano de Acção para São Tomé e Príncipe: Agricultura e Desenvolvimento Rural*. STP, 2005. Disponível em: www.earth.columbia.edu/cgsd/stp. Acessado em: 23/09/2008.

RODRIGUES, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente da. *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: problemática, tendências e desafios*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. *Gestão Ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental*. São Paulo: Atlas, 2010.

TENREIRO, Francisco. *As Ilhas de São Tomé e Príncipe e o Território de São João Batista de Ajudá*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa. Semana do Ultramar, 1956.

VAZ, Hamilton; OLIVEIRA, Faustino. *Relatório Nacional Do Estado Geral Da Biodiversidade De São Tomé e Príncipe*. STP: Ministério do Meio Ambiente, 2007

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. **São Tomé e Príncipe em Números**. São Tomé, 2006.